

Thaís Zanetti de Mello Moretto

DA REALIDADE SOCIAL AO DISCURSO
JURÍDICO-PENAL: O ENCARCERAMENTO
FEMININO POR TRÁFICO DE DROGAS
E O INSUCESSO DO PROIBICIONISMO
CRIMINALIZADOR
(ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA)

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2014

Copyright © 2014 by *Thaís Zanetti de Mello Moretto*

Categoria: Direito Público Penal e Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Surama Faustino
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M845d

Moretto, Thaís Zanetti de Mello

Da realidade social ao discurso jurídico-penal : o
encarceramento feminino por tráfico de drogas e o insucesso
do proibicionismo criminalizador (análise qualitativa e quan-
titativa) / Thaís Zanetti de Mello Moretto. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2014.

304 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 259-266

ISBN 978-85-375-2299-8

1. Direito penal. 2. Mulheres narcotraficantes. 3. Tráfico de
drogas. 4. Prisioneiras. I. Título.

CDD- 345.81

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XXVII
PREFÁCIO	XXIX
PREFÁCIO	XXXI
INTRODUÇÃO.....	XXXV
1. A FACE E A CONTRAFACE DA LEI DE DROGAS E SEUS EFEITOS	
FLAGELANTES NA SOCIEDADE	1
1.1 Anulando estranhos e pressagiando o mal ou invertendo a realidade?.....	1
1.1.1 O traficante – O tráfico	2
1.1.2 O “armazém” que recruta sujeitos	3
1.1.3 A comercialização das drogas como busca pela felicidade?.....	5
1.2 O tráfico de drogas e a lógica implementada à criminalização.....	9
1.2.1 Compartilhando ideias internacionais.....	10
1.2.2 E o Brasil? Vejamos o reflexo do proibicionismo... ..	14
1.2.3 O Projeto Murad entre Lei 6.368/76 e a Lei 11.343/06	15
1.2.4 Traçando um breve paralelo entre a ideia prevencionista e repressiva da Lei 6.368/76 e da Lei 11.343/06.....	18
1.2.5 Entre o bem jurídico tutelado pela Lei de Drogas e o real bem jurídico que se está a tutelar	21
1.2.6 O tratamento penal oferecido ao delito de tráfico de drogas.....	24
1.2.7 O “doente” e o “criminoso”: Rompendo com o discurso fragmentador solidificado	26
1.2.8 Seletividade: quem são os escolhidos?	30
1.2.9 O que podemos apreender do “conceito” de crime? A necessidade do olhar voltado ao contexto social.....	33
1.2.10 A ausência de diferenciação das condutas previstas no art. 33 da Lei de Drogas – A mudança necessária!.....	39
1.2.11 A real tipicidade no delito de tráfico de drogas.....	41

1.2.12 Avanço ou retrocesso do §3º do art. 33? Abrandamento ou diminuição de sua incidência?	43
1.2.13 Quantum de droga? Quantum de pena?	45
1.2.14 Desproporcionalidade na aplicação da pena no delito de tráfico de drogas	48
1.2.15 Quem é quem na Lei de Drogas?	52
1.2.16 A mudança sob o viés da prevenção e a desproporcionalidade na alteração da pena que alimenta a repressão ao tráfico de drogas.....	53
1.2.17 Veda-se ou não se veda a Liberdade Provisória?	57
1.2.18 A timidez do STJ frente à problemática da liberdade provisória e a famigerada “ordem pública”	60
1.2.19 A salvação está no STF?	62
1.2.20 Aonde é vedado substituir pena privativa de liberdade por restritiva de direitos?	66
1.2.21 Pena restritiva de direitos e sua situação no âmbito do STJ: é possível a conversão?	70
1.2.22 O STF como possibilidade de resgate?	71
1.2.23 Outros problemas da Lei de Drogas: o desrespeito ao exercício de defesa no interrogatório do acusado	73
1.2.24 Apelação em liberdade sim	74
1.2.25 A inconstitucionalidade do regime inicial fechado	75
1.3 Caracterizando a dupla faceta da lei de drogas através da análise da prevenção ao usuário e dependente versus a repressão ao traficante: a dolorosa e inoperante diferenciação	76
1.3.1 “Crack nem pensar”! O discurso proclamado pela RBS e o que pode estar por detrás dele – Uma face oculta?	78
1.3.2 Pela unicidade dos eixos da Lei de Drogas: minimizando o árduo sofrimento de suas duras penas	82

2 TRÁFICO DE DROGAS: DO APRISIONAMENTO FEMININO

AO JULGAR DA VIDA QUE É DO OUTRO	85
2.1 O retrato de duas pesquisas: delineando a experiência	85
2.1.1 Explicando a pesquisa: A Penitenciária Feminina Madre Pelletier e a Vara de Execuções Criminais.....	86
2.1.2 Entrando na Penitenciária Feminina Madre Pelletier	88
2.1.3 A comercialização de drogas ilegais na realidade feminina: um novo delito ou uma mudança no tipo de delito praticado pelas mulheres?	89
2.1.4 A relação do comércio de drogas com a questão de gênero	92

2.1.5 “Aí moleque, me diz: então, cê qué o que? A vaga tá lá esperando você”: a inclusão das mulheres pela exclusão	94
2.1.6 O social como incitador do tráfico de drogas? As sequelas da marginalização	96
2.2 Quando se chega na realidade social: relacionando e explicando dados os obtidos (pesquisando qualitativa e quantitativamente)	99
2.2.1 Pesquisando: PFMP e VEC	101
2.2.2 O bricoleur e a bricolage	102
2.2.3 A experiência: encontros e desencontros de uma pesquisa	103
2.2.4 Inibindo a pesquisa através de restrições	105
2.3 A Penitenciária Feminina: quando a pesquisa engrena!	106
2.3.1 O lado feminino na prisão	119
2.3.2 Traçando um perfil: como (não) se colocar uma etiqueta ou pelo menos ‘escapar’ dela	110
2.3.3 Profissão: do lar? Não, traficante de drogas	111
2.3.4 A entrevista: quando tudo parecia poder dar errado (mais uma vez)	112
2.3.5 O termo de consentimento: forçado e inexplicável	114
2.3.6 A personalidade anunciada e a personalidade encontrada	117
2.4 Entendendo o perfil social	118
2.4.1 Idade	118
2.4.2 Local de nascimento, local de moradia e bairro de moradia	119
2.4.3 Vulgo?.....	120
2.4.4 Quantas mulheres possuem o reconhecimento de pai e de mãe?	120
2.4.5 Grau de escolaridade	120
2.4.6 Profissão	122
2.4.7 Estado civil	124
2.4.8 Número de filhos	125
2.4.9 Religião	126
2.4.10 Cor das mulheres segregadas	127
2.4.11 Entradas na PFMP	128
2.4.12 Aplicando o questionário: mudando o percurso	128
2.4.13 Perguntando.....	129
2.4.14 Situação residencial	129
2.4.15 Renda da família	129
2.4.16 Utilização de drogas ilícitas.....	130
2.4.17 Quais as drogas utilizadas?	130
2.4.18 O arrependimento	131

2.4.19	Incidência de familiares ou amigos presos	132
2.4.20	Quem foi preso ou se envolveu com o tráfico de drogas?.....	132
2.4.21	A impressão sobre a pena privativa de liberdade	133
2.4.22	Há vontade em se substituir a pena de prisão?.....	134
2.4.23	Que pena seria escolhida para ser substituída?.....	134
2.4.24	Do que se precisa?.....	135
2.5.	Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada...	137
2.6	Lançando a vec e o que ela proporcionou	138
2.6.1	Bem-vindos à VEC sem empecilhos	139
2.6.2	O esboço da pesquisa	140
2.6.3	As descobertas reveladas na VEC	140
2.6.4	O processo de execução.....	141
2.6.5	PEC's provisório e definitivo	143
2.6.6	Prévios esclarecimentos sobre a execução criminal.....	145
2.7	Publicando a pesquisa: O perfil Jurídico-Penal.....	146
2.7.1	Tipificação estabelecida nas denúncias	147
2.7.2	Combinações com o art. 33 caput	147
2.7.3	Os anonimatos nas denúncias	149
2.7.4	Quem são as testemunhas de acusação?.....	151
2.7.5	Denunciadas pobres.....	151
2.7.6	Há outros acusados?	152
2.7.7	Sexo dos acusados.....	153
2.7.8	Compulsando as sentenças	154
2.7.9	As sentenças e os órgãos julgadores.....	154
2.7.10	Aplicação da pena no crime de tráfico de drogas.....	155
2.7.11	O art. 42 da Lei de Drogas possui efetividade?.....	155
2.7.12	Primariedade e reincidência	155
2.7.13	Confissão	155
2.7.14	Menoridade.....	156
2.7.15	Droga apreendida.....	156
2.7.16	Quantidade de cocaína encontrada.....	157
2.7.17	O crack nem pensar encontrado	158
2.7.18	Quantidade de maconha encontrada	159
2.7.19	Causas de aumento e diminuição da pena.....	160
2.7.20	Redução da pena.....	161
2.7.21	Motivo para se aumentar e diminuir a pena.....	161
2.7.22	Motivos para denegar a redução	161
2.7.23	Quantidade de redução da pena	162

2.7.24 Absoluções e condenações	163
2.7.25 O art. 33 e seus coadjuvantes	164
2.7.26 Quantas mulheres consideram-se usuárias/dependentes de drogas ilícitas?	165
2.7.27 Quantas mulheres foram consideradas usuárias/dependentes de drogas ilícitas?	166
2.7.28 Tipo de pena aplicada	166
2.7.29 Quantum de pena aplicada?	167
2.7.30 Pena de multa	167
2.7.31 O benefício de apelar em liberdade	168
2.7.32 Liberdade Provisória durante a instrução processual	169
2.7.33 TJRS e seus julgamentos	169
2.7.34 Razões de apelo interpostas no TJRS	170
2.7.35 Impetrações de habeas corpus no TJRS	170
2.8 Fazendo (RE) Velações!?	171
2.8.1 Polícia para quem precisa polícia para quem precisa de polícia!	171
2.8.2 A denúncia e seus problemas	173
2.8.3 Sentenças	175
2.8.4 Os erro(S) na dosimetria da pena	175
2.8.5 Quantidade e diversidade das drogas apreendidas como fatores determinantes para aplicação da pena privativa de liberdade	178
2.8.6 Da ilusão de umas buchas, pedrinhas, tijolos e farelos, para a realidade do que cada uma representa	180
2.8.7 O juiz despreparado para lidar com a realidade social	181
2.8.8 O padrão das penas de multa	186
2.8.9 E o local, poderia ser diferente?	187
2.8.10 Culpabilidade: o triste discurso (média, forte, plena, acima da média...)	189
2.8.11 A famigerada reincidência e os maus antecedentes	191
2.8.12 O problema do regime fechado	195
2.8.13 O ato decisório: fundamenta-se para decidir ou se decide para fundamentar?	195
3. 'EXTRATOS' DA REALIDADE SOCIAL E DA PESQUISA JURÍDICO-PENAL: A NECESSIDADE DE PROPOSTAS QUE MODIFICAM A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS ATRAVÉS DE UM VIÉS HUMANITÁRIO	201
3.1 O que a pesquisa apontou?	201
3.1.1 Justificativa à mudança	202

3.1.2 (In)tolerância à tolerância zero	204
3.1.3 Invisibilidade e incivilidade: o resultado de nossas escolhas	204
3.1.4 O olhar disposto ao viés humanitário.....	205
3.1.5 Antes de começar:	206
3.2 A (DES)criminalização antecedente a legalização	207
3.2.1 Legalização.....	209
3.2.2 Diferenças entre legalização e (des)criminalização existe?	210
3.2.3 A importância da medida de legalização	210
3.2.4 E por falar em legalização, aí vem a legalização da maconha	211
3.2.5 Funcionamento da eleição de drogas a serem comercializadas ..	213
3.2.6 E os aspectos negativos.....	214
3.2.7 E os aspectos positivos... ..	215
3.2.8 Quando pode haver a consciência	217
3.2.9 Por uma droga menos prejudicial.....	219
3.2.10 Venda e uso legalizado	219
3.2.11 Locais destinados para a venda, distribuição e consumo.....	221
3.2.12 As drogas lícitas também constituem um problema	222
3.2.13 As variáveis da legalização.....	223
3.2.14 Uma luta para poucos, mas não estamos a sós!	224
3.2.15 Efeitos da legalização	226
3.2.16 Os reflexos da (não) observância da legalização	228
3.3 A (DES)carcerização do delito de tráfico de drogas é possível?.....	229
3.3.1 Identificando o art. 28	230
3.3.2 Identificando o art. 33	230
3.3.3 Justificativa para se (des)carcerizar o delito de tráfico de drogas.....	232
3.3.4 Afinal como ficaria?	233
3.3.5 Resultados obtidos e a trajetória	234
3.3.6 Quem é quem na Lei de Drogas?.....	235
3.3.7 A figura do tipo intermediário	237
3.3.8 Resultado da (des)carcerização ao tipo intermediário: Sem (des)proporcionalidades na aplicação da pena	238
3.3.9 Sem diferenças marginais	239
3.3.10 A reincidência no caso da (des)carcerização	240
3.3.11 Propostas Alternativas ao tráfico	241
3.4 Anotações sobre a realidade do 'consumidor' e do 'comercializador': A utilização dos recursos já existentes	243
3.4.1 Como começar a tornar realidade?	243

3.4.2 Por que tornar possível?	244
3.4.3 Vara Especializada	244
3.4.4 O destino do consumidor e os recursos	245
3.4.5 O traficante prejudicado	246
3.4.6 Deixando de culpar o traficante	247
3.4.7 O destino do traficante de drogas	249
3.4.8 Considerações sobre a mudança	250
3.4.9 Os espaços de venda e o controle	251
3.4.10 O controle do “susto”	252
3.4.11 Os benefícios decorrentes das possibilidades	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS	259